

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Avante!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

É TEMPO DE ENCARAR NO TERRENO PRÁTICO AS ELEIÇÕES DE 1961 PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL

(Um documento da Comissão Política do C.G. do P.C.P.)

No último número do «Avante!» publicámos um resumo do documento de Maio de 1960 da Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista, no qual se precisava a posição do Partido face à actual situação política nacional e se proclamava a Unidade anti-salazarista como uma «tarefa inadiável da hora presente». Na mesma linha de pensamento, a Comissão Política acaba de publicar um novo e importante documento definindo a posição do Partido em relação às eleições para a Assembleia Nacional em 1961 de que abordamos seguidamente os passos fundamentais:

A concorrência da Oposição não é concessão voluntária do fascismo

Depois de salientar a riqueza, a originalidade e o grande valor prático da experiência acumulada pelo nosso povo nas lutas «eleitorais» travadas nas condições duma ditadura fascista, o documento salienta como é significativo o facto de as forças democráticas se preocuparem desde já com a participação nas «eleições» de 1961 e como ele traduz o enfraquecimento do fascismo salazarista e o «reforçamento e amplitude do movimento democrático popular».

A participação das forças da Oposição nas «eleições» não decorre da vontade ou do carácter do regime fascista.

«Ao contrário do que cuidam alguns democratas de outros países», tais «eleições» não são tanto «um traço distintivo do fascismo português, como um traço distintivo da ditadura (e do seu bom êxito) dos democratas portugueses: o aproveitamento insistente e audaz das possibilidades legais de luta, mesmo as mais restritas».

Por isso a concorrência da Oposição às «eleições» não é uma dívida de Salazar, mas o «resultado de amplas lutas de massas, da conquista de novas e fortes posições políticas pelas forças democráticas e populares». Representa «um enfraquecimento, um recuo e uma derrota do fascismo e um fortalecimento, um avanço e uma vitória das forças democráticas».

A Oposição deve concorrer às «eleições»

Não só por esta razão. Os fascistas só cumprem da Constituição o que serve os seus interesses, mas o povo pode obrigar que se cumpram a seu favor certas disposições constitucionais. Depois de referir a possibilidade já demonstrada de en-

contrar neste terreno «formas legais de ampla acção política», o documento estabelece a diferença entre as «eleições» presidenciais e as «eleições» para a Assembleia Nacional no decorrer dos últimos 15 anos e salienta que estas últimas não apresentam com a mesma simplificação o problema do poder de escolha entre candidatos fascistas e outros da Oposição. Por isso, apesar da possibilidade «de modificar e substituir o regime» através da conquista pela Oposição da maioria dos lugares duma Assembleia Nacional dotada de poderes constituintes, «tal possibilidade não se apresenta nas actuais condições, com uma efectiva viabilidade».

Mas seria muito importante a conquista de alguns lugares na Assembleia Nacional desde que homens corajosos e capazes permitissem à Oposição, duma tribuna

lão limitada, «lutar pela democratização da orgânica do Estado» e desmascarar irregularidades e crimes da governação salazarista.

Por «eleições» com um mínimo de seriedade e garantia

Depois de mostrar que não é tarefa fácil a eleição de representantes da Oposição para a Assembleia Nacional e que só uma extraordinária movimentação de massas poderia impor o respeito por uma vitória eleitoral das forças democráticas, o documento da Comissão Política preconiza que se deve lutar por um mínimo de seriedade e garantia nas «eleições» de 1961.

«Salazar não só não está disposto a respeitar a vontade nacional, como deliberadamente im-

(continua na 2.ª pág.)

EISENHOWER CORRIDO DO ORIENTE! POTENTES MANIFESTAÇÕES DO POVO JAPONÊS

Nestes últimos meses, a verdadeira face do imperialismo americano mostrou-se aos povos de todo o mundo com uma extraordinária clareza.

Primeiro, o caso do avião espio U-2, as afirmações do governo norte-americano que definiram a sua política internacional como assente em verdadeiros actos de pirataria, a ordem de alarme dada no próprio dia do início das conversações, tudo conducente à sabotagem da Conferência de Alto Nível, numa tentativa de retorno às posições de «guerra fria». O governo de Eisenhower provocou o desmoroamento das esperanças dos povos postas nessa Conferência, mas quem efectivamente ficou sob os escombros foi a sua própria política. Como escrevia o jornalista americano Walter Lippman, «o que se passou depois representa uma profunda humilhação».

Agora a fracassada passeata do «patrão» Eisenhower pelos países asiáticos foi um novo desaire para o imperialismo americano. O povo das Filipinas recebeu-o friamente. Na Coreia e na Formosa, a recepção teve o calor das manifestações fabricadas. Eisenhower foi a estes países como verdadeiro caixeiro-viajante da guerra, provocatoriamente guardado por 500 aviões e 125 navios de guerra.

No Japão, milhões de manifestantes, durante vários dias, gritando e empunhando cartazes, exigiam a anulação da visita de Eisenhower. Este esqueceu-se que estamos em 1960 e continuou com

as suas fanfarronadas de que não adiaría a viagem. Iria ao Japão, o tratado nipo-americano seria ratificado e o governo Kishi sairía fortalecido desta prova. A posição americana consolidar-se-ia no Extremo-Oriente, o que permitiria a Eisenhower uma atitude ainda mais provocatória.

Planos gorados. O povo japonês não pode esquecer as duras provas por que tem passado e não esquece que o vento da desgraça sopra sempre de Washington: os americanos despejaram sobre Hiroshima e Nagasaki as duas primeiras bombas atómicas que massacraram milhares de pessoas; as experiências atómicas americanas no Pacífico trazem-lhe as poeiras radioactivas; há 15 anos que o seu território é pisado por tropas americanas.

O povo japonês deu a todo o mundo um alto exemplo de combatividade e determinação. Alcançou uma vitória importantíssima sobre o imperialismo e sobre o governo reacçãoário do seu País. Eisenhower não foi ao Japão, Kishi já pediu a demissão e o tratado de guerra nipo-americano foi dado como aprovado através de manigâncias, às escondidas do povo e sem que passasse pelo Parlamento.

A derrota do imperialismo foi espectacular. Aos olhos de todo o mundo, inclusive do povo americano, se ofereceu uma comparação: a política de guerra, de violação da vontade dos povos, de perfídia e acirramento de ódios que é característica do governo de Eisenhower

(continua na 2.ª pág.)

OS TRABALHADORES PORTUGUESES COMEMORAM O 1.º DE MAIO

Apesar das medidas repressivas do governo salazarista para impedir que os trabalhadores portugueses comemorem o 1.º de Maio, milhares de operários e assalariados agrícolas festejaram este ano o dia internacional dos trabalhadores.

No Couço, uma verdadeira romaria popular de mais de 1.600 pessoas, apesar do dia chuvoso, foi organizada para comemorar o 1.º de Maio. Os trabalhadores do Couço confraternizaram, exaltando o significado da data e cantando cânticos patrióticos. Estavam presentes delegações de várias localidades e outras enviaram mensagens.

Problemas imediatos da população trabalhadora foram discutidos, tais como o horário das 8 horas para os trabalhadores do campo e a conquista do contrato colectivo.

Em Mora e Alcórrego houve também confraternizações de trabalhadores.

Em Avis, mais de 60 assalariados agrícolas e outros trabalhadores reuniram-se para comemorar o 1.º de Maio. Assistiram delegações doutras localidades. Foi discutido o problema da unidade e organização da classe operária.

Em Tortozendo, cerca de 800 pessoas (operários e suas famílias) juntaram-se e confraternizaram. O tenente e um sargento da GNR da Covilhã apareceram a vigiar a concentração e mais tarde uma patrulha da GNR, que acompanhava constantemente os trabalhadores. Um operário foi preso, mas pouco depois libertado. Entretanto, no dia seguinte, o patrão da fábrica onde trabalhava (firma José Laureano) despediu-o. Cerca de 60 operários desta fábrica foram então junto do patrão reclamar a readmissão do seu companheiro despedido e ao mesmo tempo protestar contra a intenção patronal de novos despedimentos que não foram por diante.

Em Torres Vedras, Marinhá Grande, Sacavém, Torres Novas e outras localidades do Oeste, Ribatejo e Margem Sul do Tejo, o 1.º de Maio foi igualmente comemorado com confraternizações operárias.

Em Lisboa, algumas dezenas de operários metalúrgicos de 2 empresas fizeram almoço e jantar de confraternização. Numa outra fábrica foi entregue à gerência uma exposição com mais de 100 assinaturas, reclamando aumento de salários e ainda numa outra um pedido idêntico foi dirigido à gerência, com a quase totalidade das assinaturas dos operários da fábrica.

Uma Comissão de operários metalúrgicos foi ao respectivo sindicato reclamar aumento de salários.

O 1.º de Maio, dia internacional dos trabalhadores, foi também para os trabalhadores portugueses um dia de confraternização e de luta pelas suas reivindicações.

Manuel Rodrigues da Silva terminou a pena em 1958. Manuel Guedes terminou a sua em 1959. Exijamos a sua libertação imediata!

AS ELEIÇÕES DE 1961 PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL

(continuação da 1.ª pag.)

pede a sua manifestação, e ilude e a falsifica.

Sob o salazarismo não há «o mínimo de condições para que o povo português vote livremente e para que o seu voto seja respeitado». Os salazaristas não têm sombra de dignidade, de vergonha, de respeito pela vontade popular. Só pelo crime se mantêm no poder.

Porém, a força do povo pode obrigá-los a fazer aquilo que não querem voluntariamente. Daí a necessidade de se lutar por «condições mínimas de seriedade e garantia das eleições» que se resumem fundamentalmente a três:

- 1.º—Recenseamento honesto e fiscalizado;
- 2.º—Liberdade de propagação e de organização;
- 3.º—Fiscalização do acto eleitoral pela Oposição.

Seguidamente, e depois de alertar contra a possibilidade de uma manobra de Salazar antecipando as «eleições», o documento chama a atenção para a necessidade, desde já, duma preparação geral (política e orgânica) da Oposição para as «eleições» de 1961, destacando que essa preparação se poderá fazer no decurso de outras grandes batalhas políticas a travar desde já, tais como:

- a luta pela amnistia e contra a repressão;
- a luta contra o envio de tropas expedicionárias e a preparação de guerras coloniais;
- a luta por eleições honestas nos Sindicatos Nacionais.

Neste sentido devem também incluir-se as Comemorações do 5 de Outubro.

Estas lutas, assim como as lutas económicas do proletariado, (que quando adquirem formas superiores se convertem «em autênticas batalhas políticas») poderão influenciar, segundo a sua amplitude, as «eleições» para a Assembleia Nacional, no que respeita ao esclarecimento político das massas, ao seu treino no combate e na organização, à sua unidade e solidariedade, à sua ideia de que é urgente derubar o fascismo como meio de solucionar «os problemas inadiáveis das classes laboriosas» e como factor de radicalização política.

Essa é a experiência de luta dos anos de 1943-49. Lutas recentes como as dos pescadores de Matosinhos e dos mineiros de Aljustrel comprovam-no igualmente.

Os êxitos nas «eleições» de 1961 dependem, em larga medida, do que fizerem até lá as forças democráticas do país no terreno da unidade, organização e mobilização de massas.

O documento da Comissão Política salienta depois a importância das Comemorações do 5 de Outubro por serem igualmente as do Cinquentenário da República, de cujo êxito «depende em larga medida» a «preparação adequada dos democratas com vistas às eleições» para a Assembleia Nacional.

Importa desde já formar Comissões Regionais e Locais com vistas às Comemorações. Sendo desejável a coordenação das Comemorações à escala nacional, não deve esperar-se, porém, para agir, a formação dum organismo nacional representativo, o qual «seria, contudo, um grande passo para a unidade

de gerals».

Se os democratas conseguirem organizar-se, unir-se e fazerem participar nestas acções as amplas camadas populares, abrir-se-á uma perspectiva da mais alta importância: «A possibilidade de dar continuidade, para além do 5 de Outubro, aos organismos criados para as Comemorações, com um novo objectivo: as eleições» para a Assembleia Nacional de 1961, e com uma preocupação incessante —alargar a unidade e reforçar a ligação com o povo.»

Por uma unidade ampla e sincera

Só a unidade das mais importantes forças da Oposição poderá permitir o sucesso.

Nas condições da ditadura fascista não é possível a nenhuma força anti-salazarista triunfar isoladamente numas «eleições». Só uma «presunção avulsa das próprias forças e uma incompreensão acerca da natureza e do poder do Estado fascista pode levar qualquer força isolada da Oposição a pensar poder fazê-lo».

Apostando na necessidade de acordos prévios entre as forças democráticas «quanto aos termos da acção eleitoral», o documento desenvolve a ideia da unidade, referindo quanto ela é prejudicada por velhos ressentimentos, experiências dolorosas, rivalidades e malquerenças e «pelo receio do povo de uns e o receio das elites de outros, pela lembrança de épocas de divisão e de palavras ásperas de uns para os outros». Isto deve pertencer ao passado.

«Olhemos menos o passado que nos dividiu, e olhemos mais o presente e o futuro que necessariamente nos unem e unirão».

Principalmente «a unidade com os católicos adquire hoje particular interesse dada a existência entre os católicos duma forte corrente liberal e anti-fascista, de que é expoente o Sr. Bispo do Porto, exilado por Salazar».

O Partido Comunista saúda os católicos que lutam contra Salazar e garante a sua oposição a quaisquer perseguições por motivo de crenças e da prática do culto religioso.

O documento combate depois a ideia de alguns círculos católicos quanto à exclusividade da autorização legal para a formação e actividade dum partido ou organização política católica. Tal acção isolada contra o fascismo estaria votada ao insucesso.

Que a ideia da unidade ganhe também os católicos, pois uma participação isolada nas «eleições» não tem a mínima possibilidade de triunfar.

Por listas únicas da Oposição

O documento da Comissão Política combate em seguida a intenção de certos agrupamentos de apresentarem listas próprias às «eleições» de 1961. Qualquer iniciativa nesse sentido teria resultados altamente prejudiciais. «Conduziria a uma efectiva divisão que só ao fascismo poderia aproveitar».

Alguns grupos defendem esta ideia para que a «sua» lista não seja alcunhada de comunista. As outras seriam uma espécie de bode expiatório, o alvo do ódio e de represálias fascistas.

Entretanto, a experiência do passado mostra que atitudes idênticas não libram da acusação de comunistas «os generais Norton de Matos e Humberto Delgado cujos sentimentos anti-comunistas eram bem conhecidos».

A apresentação de mais duma lista da Oposição seria nociva aos interesses do movimento democrático. A experiência de 1951 mostra que a divisão de listas «conduz à desorientação, à limitação do movimento popular, ao insucesso final». Em 1958, foi sobretudo o invencível espírito de unidade das massas populares que impôs aos espíritos sectários dos dois movimentos das candidaturas de Oposição, a unificação final e a grandiosidade da luta.

Depois de pôr em relevo o sentimento de unidade das massas populares e de preconizar a apresentação de listas únicas suficientemente representativas, nos vários distritos, o documento refere o que se passou em 1957, devido ao atraso da elaboração de listas únicas, atraso que comprometeu a própria apresentação dessas listas.

O êxito depende da unidade da organização e da acção popular

Certas concepções quanto à inevitabilidade duma solução pacífica e à desagregação a curto prazo do Estado Novo geraram o culto da espontaneidade e ilusões legalistas e golpistas.

O documento frisa o carácter favorável das condições objectivas, mas que estas por si nada decidem. «O êxito da luta contra a ditadura fascista depende da acção das forças democráticas, da sua unidade e organização, da amplitude e vigor das lutas populares de massas».

Nesta base, as «eleições» de 1961 poderão vir a ser uma grande batalha com importância decisiva no desenvolvimento posterior da luta para o derrocamiento da ditadura fascista.

O Partido Comunista não poupará esforços para se estabelecer uma ampla unidade anti-salazarista, com vistas às próximas jornadas de luta e à «grande e suprema tarefa comum de todos os portugueses honrados: o derrocamiento da ditadura fascista e a instauração em Portugal das liberdades democráticas».

EISENHOWER CORRIDO DO ORIENTE

(continuação da 1.ª pag.)

e a política de paz e amizade, de ajuda mútua, sem imposições políticas e económicas, conduzida pela União Soviética.

Para temperar os desaires sofridos, Eisenhower foi alogar as mágoas da Coreia e a Formosa, tal como fizera quando, de Paris, veio visitar Salazar e a sua camarilha.

Na Coreia e em Seul, Eisenhower mais uma vez desafiou a máscara de seu ódio contra as massas populares, e particularmente contra o campo socialista, em virulentos discursos de verdadeiro propagandista de guerra.

Com esta provocatória e insulente política de Washington fazem coro laiaicos como os governantes da Formosa e de Portugal. Salazar presta-se afanosamente a satisfazer as ordens dos patrões americanos. A sua recente entrevista com Franco teve, sem dúvida, como um dos objectivos o concertar de pontos de vista para melhor abrir as portas ao domínio yanque.

Em todo o mundo crescem os sentimentos anti-imperialistas. Os povos estão fartos do tacho estrangeiro, querem ser donos da sua Pátria. O Japão acaba de dar um significativo exemplo de luta directa contra o imperialismo e pelas liberdades democráticas. Este exemplo calou fundo no povo português que seguiu com vivo interesse o desenrolar dos acontecimentos. Tais exemplos não costumam esquecer-se, principalmente quando vivemos circunstâncias idênticas de submissão ao imperialismo americano.

LUTAS ESTUDANTIS

Os estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra desenvolvem importantes acções em defesa dos seus interesses, indicativas da sua disposição de luta e do seu espírito organizativo.

As comemorações do Dia do Estudante nos principais centros universitários deram lugar a novas acções estudantis de notável amplitude.

Em Lisboa, 400 a 500 estudantes participaram de maneira activa nas comemorações, enquanto cerca de mil participaram nas sessões de teatro e cinema e nas festas de confraternização. Nos colégios, importantes problemas foram debatidos entre os estudantes, relativos às actividades escolares e circunscolares.

No Porto houve assembleias em algumas faculdades, que debateram os problemas mais instantes da população estudantil.

Em Coimbra, depois da eleição da Direcção da Associação Académica de Coimbra que deu a vitória

à lista aprovada pelo Conselho das Repúblicas por 900 votos contra 700 da lista da direcção anterior, composta por elementos fascizantes, prosseguem outras lutas académicas.

Nas diversas Faculdades da Universidade de Coimbra foi feito um protesto contra a rescisão do contrato do leitor de alemão da Faculdade de Letras, prof. Harold Eeder, por este ter publicado no jornal da Academia um artigo em que criticava o ensino da Faculdade.

Uma petição para que sejam libertados todos os estudantes presos pela PIDE, a fim de poderem comparecer aos exames, tem colhido centenas de assinaturas entre os estudantes de Coimbra, Lisboa e Porto.

As lutas estudantis, que se têm desenvolvido num elevado espírito de unidade, na medida em que põem em cheque a política anti-cultural de Salazar, são uma importante contribuição para a luta nacional pelas liberdades democráticas.

A VIDA E A LUTA DA CLASSE OPERÁRIA

GES
PCP

OS VALENTES MINEIROS DE ALJUSTREL

BAIXAM A PRODUÇÃO PARA QUE OS SALÁRIOS SUBAM

DUAS VITÓRIAS DOS OPERÁRIOS

DE S. JOÃO DA MADEIRA

Mês e meio depois da heroica decisão dos 150 mineiros do poço de Algarves fazerem greve no fundo da mina, sob o fogo das represálias dos patrões belgas e dos seus laicaos e sob as ameaças constantes da PIDE e da GNR, os mineiros de Aljustrel continuam a fazer «cera» pela readmissão dos despedidos e pelo aumento dos seus salários.

Conhece-se agora melhor a odisséia dos heróicos 150 mineiros no fundo do poço de Algarves. Durante cerca de 35 horas lutando contra a sede e o calor intensos (a PIDE cortou o arrefecimento e a água) vários mineiros chegaram a desmaiar e a deitar sangue pela boca. Viram-se assim forçados a render-se.

Dos 120 que foram depois encerrados nas húmidas casamatas do Forte de Caxias foram já quase todos libertados devido à acção do povo de Aljustrel e à indignação que provocou por toda a parte a odiosa repressão da PIDE. Mesmo algumas, prisioneiras da GNR se mostravam indignadas com a forma como foi reprimida a greve.

Quase todos os 120 prisioneiros foram espancados pela PIDE. Mas isso não abalou o moral de luta dos mineiros.

O Sindicato foi encerrado em 9 de Abril e assim continua, apesar dos protestos dos mineiros.

Durante a corajosa acção dos trabalhadores da mina de Aljustrel, a população local, que os apoiara em massa, deu, toda a sua ajuda e solidariedade às famílias afectadas pela repressão.

A vitória ainda não foi, porém, obtida. O actual movimento de fa-

zer «cera» é uma importante forma de luta. Tal como nos primeiros dias, e cada vez mais, é necessário manter e reforçar a unidade de todos os mineiros, defender e apoiar as suas comissões, organizar a luta em todos os poços e no exterior, intensificar e organizar a solidariedade. Só isso tornará possível a vitória. Ao mesmo tempo todos devem estar vigilantes contra os maneios dos exploradores belgas e a acção da PIDE. Miseráveis denunciante como António Baltazar e José Capilão, são indignos de pertencer à família mineira.

A heroica greve de 9 de Abril,

as concentrações e a ocupação do Sindicato pelos mineiros durante mais de 24 horas, as acções de solidariedade aos presos e agora o movimento de baixa de produção para que as reivindicações apresentadas sejam atendidas, tornam a luta dos mineiros de Aljustrel uma das mais vigorosas da classe operária portuguesa. Também, pela luta que toda a população de Aljustrel travou durante longas horas com as forças repressivas, ela foi uma significativa batalha política contra o salazarismo. Apoiando por todos os meios a corajosa luta dos mineiros, todo o nosso povo muito pode ajudá-los a triunfar.

OS TÊXTEIS DO NORTE LUTAM POR MELHORES SALÁRIOS

E CONTRA A PRODUTIVIDADE

Com a intensificação da produção, os industriais têxteis intensificam a exploração dos seus operários. No Minho e Douro estes levantam-se contra a ofensiva patronal e lá, onde lutaram unidos e firmes, conseguiram vitórias.

No Sindicato têxtil de Guimarães concentraram-se no dia 1.º de Maio cerca de 100 operários para saberem o que havia de concreto sobre o aumento de salários, aspiração fundamental da classe, pela qual vem lutando através de concentrações e exposições sem que até agora tenha visto atendido o seu justo pedido.

O presidente do sindicato não apareceu e o elemento da direcção que atendeu os operários, respondeu às suas reclamações com o argumento de que o sindicato tinha feito o que podia para resolver o problema da classe têxtil.

No dia 9 de Abril uma delegação composta por operários de cada fábrica têxtil de Braga, com excepção da fábrica de Ruão, donde saíram os actuais dirigentes do sindicato, dirigiu-se a este organismo, em nome da classe, e depois de discussões nas várias empresas, para lhe apresentar um pedido de novas eleições, tal como a classe têxtil o deseja.

É já a segunda vez que os operários se dirigem ao sindicato para apresentarem um tal pedido.

Na Fábrica de Melhores Mober, L.º Porto, onde trabalham cerca de 200 operários, na sua maioria mulheres, no dia 30 de Abril (sábado), o pessoal fez greve da parte da tarde para obrigar o patronato a dar-lhes a semana «inglesa». Apenas 12 ficaram na fábrica. No dia 7 de Maio, novamente sábado, o patronato quis pagar a parte da tarde a dobrar, porque tinha encomendas urgentes a atender mas o pessoal não atendeu o desejo do patrão e abandonou a fábrica. O pessoal já há bastante tempo que vinha reclamando esta reivindicação, e acabou agora por impô-la.

Na Selgueiros, as operárias trabalham com 6 teares automáticos e ganham 26850. Em fins de Abril um grupo de operárias foram chamadas ao escritório e convidadas a assinar um documento em como aceitavam trabalhar com 10 teares

automáticos e passarão a ganhar 30800. As operárias recusaram, alegando que não recebiam sequer \$90 por cada tear a mais e todavia o seu esforço e trabalho passariam a ser maiores. Que o que ganhavam mal lhes dava para matar a fome e com mais trabalho facilmente perderiam a saúde. Nesta empresa, à medida que vão metendo teares automáticos, vão despedindo o pessoal pelos motivos mais fúteis.

Fábrica Têxtil de Chafariz — Nesta empresa foi despedido o mestre Formiga após várias reclamações e delícias dos operários, que se mostravam profundamente descontentes contra este encarregado, que por várias vezes usou de atitudes violentas e frases agressivas contra os trabalhadores e trabalhadoras desta empresa.

Fábrica de Ferro — Feje — Os operários foram obrigados a trabalhar com 12 teares, medida que provocou reacção entre o pessoal. Em virtude disso, vários operários testemunharam os seus protestos junto dos encarregados. Alguns de entre eles foram suspensos por tempo indefinido. Foi deste modo que a empresa reagiu às suas justas reclamações.

A classe têxtil do Norte deve discutir largamente a forma de lutar contra esta nova ofensiva do patronato, deve reforçar a sua unidade, organizar as suas comissões de fábrica, de local e de região e junto das empresas, no sindicato ou das autoridades, pressionar para que sejam escutadas as suas reclamações.

Lutas corticeiras

SEIXAL — Os operários da WINCADER encontram-se a preparar uma exposição com mais de 200 assinaturas pedindo aumento de salários.

Passadas algumas semanas, como os patrões nada tivessem respondido, uma Comissão de operários dirigiu-se à gerência a fim de que lhes fosse dada uma resposta. Um dos patrões disse aos operários que eles tinham razão, os outros também muito pouco, mas que ele só daria o aumento se os outros patrões também o fizessem.

GOVIA DA RIDEADE — Na Ranquin uma Comissão de Unidade composta de 4 mulheres e 2 homens foram junto do patrão pedir aumento ao que ele respondeu que só daria aumento se os outros também dessem. A Comissão foi então ao Sindicato, o que levou o presidente a ir falar com o patrão.

Depois dessa movimentação dos operários sapateiros da firma Nicolau Costa, com vista ao aumento de salários, estes comprometiam-se, por 40500 ou 35800, conforme produzissem 13 ou 12 pares de calçado de criança. A gerência recusou o aumento e alguns operários despediram-se como protesto. Dias depois, os salários de 35800 foram aumentados para 40500.

Também na fábrica chapelleira Triunfo foi dado um aumento de 2800 e 1500 para os operários e operárias respectivamente. Ao terem conhecimento destes aumentos, operários chapelleiros doutas fábricas movimentaram-se junto dos patrões, o que originou a extensão daqueles aumentos a toda a classe.

O QUE SE PASSA NAS EMPRESAS

Na FÁBRICA DOS ALMEIDAS, em Guimarães, os operários não a receber 60500 por 6 dias de trabalho por semana, trabalhando também horas extraordinárias. Para evitar qualquer acção judicial, o patrão obrigou a assinar um documento, onde, onde possivelmente inscreva salutar e o pagamento de horas extraordinárias que não paga ao pessoal.

Na FÁBRICA DE PIADELA DOS HOR-TAS, em Guimarães, o pessoal que trabalha de empreitada passou a ganhar 22550 em vez de 24350, como lhe tinha sido prometido. Os operários não se conformaram com os 24350, mas na segunda noite os seus salários desceram para 22550 como lhe descontaram os 2900 da semana anterior.

Na FÁBRICA DE PLÁSTICOS XAVI aplicam arbitrariamente multas, algumas das quais atingem a importância de 24500 e são aplicadas aos operários que não atingem o meta de produção imposto pela empresa. Foi por este facto recentemente multado um operário e alguns dos seus companheiros têm sofrido as consequências deste ritmo infernal de produção.

Na FÁBRICA DE CARVALHIDO, em Guimarães, os operários têm levado cerca de 60300 de férias, trabalhando 7 dias na semana com horas extraordinárias.

Na FÁBRICA DE A. POUCA, DOS PIMES, MACHADO, os operários que têm direito a subsídio durante o parto, são obrigados a assinar um papel em que declarem ter recebido o subsídio, que os patrões se guardam para depois.

VIAMA DO CASTELO — Na FÁBRICA DE CHOCOLATES VIANENSES as operárias ganham 5 a 7300 por dia e não estavam sindicalizadas. Recentemente a empresa foi obrigada a sindicalizar o pessoal e o salário das operárias foi aumentado para 5 e 35500 diários. Este aumento resultou das lutas que as operárias desenvolveram após a sua organização corporativa.

A fábrica passou a laborar apenas 5 dias por semana.

BARCELONA — No CF houve operários que só receberam o aumento de 4000. São os que se aproximam da reforma.

Em destes, também só receberam mais 4500 outros trabalhadores que foram deslocados do seu trabalho habitual para outro que tem salário mais elevado (chamam a este «salário função»). Logo após o aumento subiu o preço da pasta na máquina, de 2540 passou para 2570 o kg.

MINA DE S. DOMINGOS — Segundo uma informação, o aumento geral que houve (mas não para 30800) aplica-se somente aos mineiros que trabalham no fundo de mina. Os que trabalham à superfície não tiveram este aumento. Como um dos dois fabricos que suporta a mina tem, foi agora encerrado, os operários que ali trabalhavam foram colocados em outras fábricas. Alguns SORFERAM REDUÇÃO DE SALÁRIO (10), por exemplo, de 26550 para 25500.

FISCALIZADORES DE MATOSINHOS

Por delícias da informação demos no «Avante» n.º 298 muitos dados que correspondem à realidade e hoje rectificamos. Mantem-se a matrícula de 1959 e o escalão de 39, passou de 120 a 180 contos e o de 40 para 160. Tudo o mais corresponde à informação dada anteriormente.

LUTAS E ACÇÕES

DOS OPERÁRIOS AGRÍCOLAS

Começaram as ceifas no Sul do país. Depois das reuniões de unidade em várias localidades do interior, os ceifeiros e ceifeiras começaram a colher os resultados da sua luta.

Em MONTEMOR-O-NOVO saíram já alguns ranchos para as ceifas dos rigos temporais com a jorna inicial de 35500.

Em BROTAS, os ceifeiros conseguiram já 40500 e em ERVIDEL os trabalhadores, depois de recusarem os 25500 oferecidos pelos agrários, conseguiram os 35500 no dia seguinte.

No COUÇO, na herdade do Sol Posto, um rancho de 60 mulheiras combinou fazer a ceifa, ganhando pela jorna de 25500.

O rancho não queria dar o trabalho a 20 mulheiras, mas ante a unidade e firmeza de toda a cediu.

Em MEIXILHOEIRA GRANDE, no Algarve, na cova das lomas, um rancho de mais de 40 operários agrícolas, contratado pelo rendimento Chenita, obteve uma vitória. Como este exigisse maior número de horas que o estipulado no contrato, todos rodearam o automóvel daquele lavrador, reclamando o cumprimento do contrato. A GNR, chamada a intervir pelo patrão, acabou por concordar com o rancho dos trabalhadores, embora não obrigasse o lavrador a cumprir. Por essa razão, o pessoal da unidade do pessoal abandonou o trabalho.

Para obterem trabalho e uma jorna melhor, os ceifeiros devem desde já (e não é organizar-se. Os agrários prepararam-se para intensificar o uso das máquinas e rebuicar as jornas. Há que ir para grandes reuniões locais discutir a situação e organizar comissões para as ceifas. A luta por contratos para toda a ceifa, contra o uso das máquinas enquanto houver braços parados e contra as empreitadas gananciosas, deve ser travada numa base de estreita unidade de todos os ceifeiros.

A FIDE PROCESSA O JORNAL INGLÊS

«NEW STATESMAN»

O descaro e cinismo dos fascistas não conhece limites. Mais um prova disso é o processo movido ao jornal trabalhista inglês «New Statesman», pelos conhecidos criminosos da PIDE Raul Rosa Port Duarte, Fernando Araújo Gouveia e José Gonçalves, pelo facto de aquele jornal lhes haver chamado... criminosos!

O «New Statesman» tem, por diversas vezes apoiado a luta do nosso povo contra a ditadura salazarista e desmascarado as torturas e crimes da repressão fascista em Portugal. Os seus ataques, como os da restante imprensa estrangeira, têm enchido de raiva os fascistas que se sentem impotentes para abafar as vozes cada vez mais numerosas que se levantam em defesa do nosso povo.

Jogando com a intimidação e o terror que exercem no país sobre os milhares de portugueses que poderiam testemunhar a favor do jornal inglês e contando com a cumplicidade da reacção inglesa, o bando de criminosos da PIDE teve

o descaramento de processar, por calúnias, aquele periódico trabalhista.

Os assassinos de Alfredo Diniz, José Moreira, Ferreira Marques, Germano Vidigal, Ferreira Soares, Augusto Branco, Patuleia, Vieira Tomé, Raul Alves, Militão Ribeiro, Joaquim Lemos de Oliveira, Manuel da Silva Júnior, e de tantos outros patriotas procuram encober a face perante a opinião pública mundial.

Porto Duarte, Gouveia, e José Gonçalves são assassinos e torturadores de presos. Centenas de portugueses poderiam testemunhar-lo. O processo de Londres pode transformar os miseráveis acusadores em réus. Se todos os que lhes passaram pelas mãos assassinas enviassem rapidamente àquele jornal inglês os seus depoimentos escritos e devidamente assinados e reconhecidos, o processo ao «New Statesman» transformaria-se à um processo da Pide. Fortes da nossa verdade desmascaramos os criminosos!

TRIBUNA DO LEITOR

Visita à Prisão de Caxias

No dia 17 de Abril fui a Caxias visitar um preso.

Estas linhas, não são para falar as arbitrariedades de que os presos são vítimas, pois essas todos os portugueses as conhecem, estas linhas servem simplesmente para elucidar aqueles que lá não foram.

Depois de subirmos o caminho que nos leva à sinistra prisão de Caxias, autêntico caminho de cobras, no trajeto aqui colamos uma senhora, ali uma criança, outras vezes os homens e frequentemente senhoras com filhos nos braços, todos suam, vê-se em todos os rostos o sofrimento.

[illegible]

Devido à proximidade com que a entrada de Dede, as mulheres e crianças que choravam e corriam para abraçá-lo, os maridos, os pais, os filhos, etc. As 17 horas cessou o arto, e todos se conseguiram sentar no chão, com os pés esticados, rolando com o calor e os olhares provocados de alguns guardas para chepar-los. Depois de alguns minutos, todos se levantaram e se sentaram no chão, com os pés esticados, rolando com o calor e os olhares provocados de alguns guardas para chepar-los. Depois de alguns minutos, todos se levantaram e se sentaram no chão, com os pés esticados, rolando com o calor e os olhares provocados de alguns guardas para chepar-los.

Eu pouco falei com os presos, pois quis deixar-lhes o maior tempo possível para conversar com as suas compaheiras, visto

esta regalia lhe ser concedida apenas 3 vezes por ano, deixo as mulheres enfiadas aos maridos, as crianças penduradas nos pescões dos pais, e dou uma olhadela ao que se passa em cima. Alguns guardas parecem panteres espreitando as suas presas, há um que beira de vez em quando e faz ameaças cá para baixo, a cara dele não engana ninguém, assenta-lhe bem a missão sinistra que cumpre.

Finda a visita, os presos retiraram-se, nós aguardamos que a polícia dê ordem para nós retirarmos. Mas a missão da polícia ainda não estava cumprida. Depois de tudo isto era necessário que as famílias esperassem ali para não terem tempo de apanhar os transportes que as deviam levar

Neste relato houve algo que me esqueci mencionar: o facto de sermos apalpuados à entrada, não fôssemos nós levar metralhadoras ou carros de assalto nas alcajeiras.

Sobre o presídio militar

de Santarém

dos que são e

cumprir pena no Presídio Militar de Santarém são tratados desumanamente. Logo que ali dão entrada são metidos

uma cela permanecem incommunicáveis até cumprir a pena a que estão condenados. Não podem olhar para os seus companheiros de prisão, nem esboçar ou cantarolar, pois são logo metidos nos fundos dos «segredos» dias sem fim, sem ar e sem luz.

Autorizar escrever duas cartas por mês e ter visita da família duas vezes no mesmo período de tempo. Mas se o preso não obedece prontamente a tudo que eles dizem, é ameaçado constantemente e não tem as mesmas regras dos outros. É obrigado a trabalhar em costura, ganhando em cada par de calças a ridícula soma de \$95, que só lhe é entregue quando terminar a pena, ficando sempre sujeito a não receber nenhum, pois as peças das máquinas que se pertem a trabalhar são desmontadas dos \$25 que ganham.

O comandante é um grande carrosseiro, o que quer é que trabalhem muito, pois em cada par de calças já prontas tem 125 (1).

A maioria dos oficiais e sargentos são de mais baixa moral. Em especial o comandante, tenente-coronel João José Amaro e o 2.º sargento José dos Santos Carriça, que de homem só têm a forma, o resto são feres vestidas com a pele de um ser humano, isto pela forma como

Um soldado

Uma manifestação...
na Esquadra

Em Viana do Castelo os elementos fascistas tentaram organizar uma manifestação de regozijo pela decisão tomada no tribunal de Haia sobre o caso de Goa.

QUANTIAS REFERIDAS DOS AMIGOS DO PARTIDO

6) Leão	Libertação
7) Vermelho	do povo 1.00

JANEIRO	de Aljustrel	33.00	Leão	Libertação	
A caminho do socialismo	« S. Domingos	10.00	Vermelho	do povo	1.000.00
A luta car- ticeiros	Bem	10.00	Unidade	das	
Álvares	Companha	2.50	N.º 15 (H)	Maras	550.00
Amigo (H)	vermelho	7.50	« 17 (H)	Machado	1.000.00
Amizades da	de Mari (2)	25.00	« 23 (H)	Pela União	270.00
Eufémia	Carvalho	25.00	« 25 (H)	Penicillina	500.00
Amiga de	Comarciana	41.00	« 104	MARCO	
Amiga de	amigo do P.	100.00	« 146	A bem da	
Amiga (1)	Contra a	20.00	« 148	humanidade	20.00
Amiga nova	vida cara	20.00	« 51	Agostinho	5.00
Amigos do	Contra Salazar	114.50	« 152	Saboga	
Partido	Cupão	(3) 500.00	« 158	Alberto	5.00
Amigos de	Defendos (V)	10.00	« 161	Alcibades	
P. FMI	evadidos de	10.00	« 162	Cunhal	2.000.00
Amigo	Peniche	88.50	« 163	Idem	50.00
Amigo certo	Idem	33.00	« 164	Amigos do	29.00
Amigo	Demassinos	10.00	« 165	Campanha	
sempre	E. U. C.	20.00	« 166	« Conquista da	
Amigos aten- teanos	Estrela	20.00	« 167	Liberdades	180.00
«	«	20.00	« 168	Campanha da	
«	«	20.00	« 169	«	17.50
«	«	20.00	« 170	Idem	25.00
«	«	20.00	« 171	Casol Vero	(P) 200.00
«	«	20.00	« 172	Melhor	250.00
«	«	20.00	« 173	Chi-Enli	20.00
«	«	20.00	« 174	C. O. G.	5.00
«	«	20.00	« 175	Comerciante	
«	«	20.00	« 176	«	500.00
«	«	20.00	« 177	Coupons (1)	10.00
«	«	20.00	« 178	«	20.00
«	«	20.00	« 179	«	20.00
«	«	20.00	« 180	«	20.00
«	«	20.00	« 181	«	20.00
«	«	20.00	« 182	«	20.00
«	«	20.00	« 183	«	20.00
«	«	20.00	« 184	«	20.00
«	«	20.00	« 185	«	20.00
«	«	20.00	« 186	«	20.00
«	«	20.00	« 187	«	20.00
«	«	20.00	« 188	«	20.00
«	«	20.00	« 189	«	20.00
«	«	20.00	« 190	«	20.00
«	«	20.00	« 191	«	20.00
«	«	20.00	« 192	«	20.00
«	«	20.00	« 193	«	20.00
«	«	20.00	« 194	«	20.00
«	«	20.00	« 195	«	20.00
«	«	20.00	« 196	«	20.00
«	«	20.00	« 197	«	20.00
«	«	20.00	« 198	«	20.00
«	«	20.00	« 199	«	20.00
«	«	20.00	« 200	«	20.00
«	«	20.00	« 201	«	20.00
«	«	20.00	« 202	«	20.00
«	«	20.00	« 203	«	20.00
«	«	20.00	« 204	«	20.00
«	«	20.00	« 205	«	20.00
«	«	20.00	« 206	«	20.00
«	«	20.00	« 207	«	20.00
«	«	20.00	« 208	«	20.00
«	«	20.00	« 209	«	20.00
«	«	20.00	« 210	«	20.00
«	«	20.00	« 211	«	20.00
«	«	20.00	« 212	«	20.00
«	«	20.00	« 213	«	20.00
«	«	20.00	« 214	«	20.00
«	«	20.00	« 215	«	20.00
«	«	20.00	« 216	«	20.00
«	«	20.00	« 217	«	20.00
«	«	20.00	« 218	«	20.00
«	«	20.00	« 219	«	20.00
«	«	20.00	« 220	«	20.00
«	«	20.00	« 221	«	20.00



PORTUGAL SOB O JOGO DOS MONOPÓLIOS

Os trabalhadores, principais vítimas do processo monopolista

O povo português, desde as classes trabalhadoras à pequena e média burguesia nacional, suporta neste momento a mais brutal ofensiva dos monopólios contra os seus interesses vitais.

Sob pretexto dos acordos internacionais assinados pelo governo de Salazar — acordos que amarram a economia nacional aos interesses monopolistas das grandes potências capitalistas da Europa e abrem o mercado português à ruínosa concorrência estrangeira — os governantes intensificam a exploração das classes trabalhadoras.

Ao mesmo tempo que a ofensiva monopolista se desenvolve abertamente no terreno económico, multiplicam-se os esforços dos fascistas no terreno ideológico no sentido de criarem no país um clima de aceitação das medidas anti-populares do governo, desnatando-lhes o seu verdadeiro carácter de classe.

A cabeça desta campanha de mistificação ideológica destaca-se o actual Ministro da Economia, Ferreira Dias, que ao contrário do que afirmou na sua conferência de 26 de Maio no Porto, não é «uma cidadão de modesta vida, afastado de todas as ligações e interesses», mas um «testa-de-ferro» do capital financeiro, directamente ligado ao mais poderoso «cartel» capitalista do país — o da energia eléctrica. O seu mais dilecto colaborador, o actual Secretário do Comércio, segue-lhe as pisadas.

Não faltam ainda outros confisques a darem a sua colaboração a este trabalho de confusão ideológica, como o economista fascista Pedro Martinez que enfeita a política monopolista de Salazar com o alitante nome de «humanismo económico»...

Finalmente, o ministro-policia Veiga de Macedo anuncia uma reforma «revolucionária» da estrutura do salário e o advento do «opérário accionista» em lugar do misero e recalcitrante assalariado...

É toda uma campanha mistificadora, que se desenvolve em várias frentes, e cujas raízes importa pôr ao sol.

Procuraremos demonstrar que a monopolização da economia nacional, sob a égide do capital financeiro, apenas tem aproveitado e aproveita a um reduzido punhado de grandes monopolistas portugueses e estrangeiros e que ela é a causa principal da ruína e do atraso económico da nação e da crua miséria das camadas mais amplas do nosso povo.

Hoje focaremos apenas um lado desta questão — a situação particular das classes trabalhadoras e a desigualdade extrema da distribuição da riqueza nacional.

Salários de fome e lucros fabulosos!

Lémine enunciar que a pauperização relativa e absoluta da classe operária é inerente ao processo de desenvolvimento do capitalismo. A realidade portuguesa é disso uma ilustração saliente. A história destes duros 34 anos de regime fascista mostra de maneira inequívoca que as classes trabalhadoras são as principais vítimas do devorismo monopolista. Na base dos enormes lucros arrecadados pela elita

financeira está a desenfreada exploração da classe operária com todo o cortejo de misérias, desemprego e fome. A política salarista de bloqueio dos salários é a pedra angular de toda a política económica do fascismo e causa directa da baixa do salário real dos trabalhadores. É sabido que enquanto o salário nominal aumentou pouco mais do dobro, desde 1939, o seu valor real baixou cerca de um terço em relação ao mesmo ano.

Quer dizer, enquanto em 1939, com cada escudo do seu salário, os trabalhadores podiam comprar 166 gramas de toucinho, ou 200 de bacalhau, ou 333 de pescada, ou 200 de carne de porco, ou 2 decilitros de azeite, ou 4 ovos, ou um litro de leite, o mesmo escudo, em 1960, apenas pode comprar 47 gramas de toucinho, ou 62 de bacalhau, ou 50 de pescada, ou 33 de carne de porco, ou 0,63 decilitros de azeite, ou pouco mais de 1 ovo, ou 3 decilitros de leite e assim sucessivamente.

O «humanismo económico» de Salazar leva a reduzir até limites inconcebíveis os salários dos trabalhadores, enquanto que nenhum limite sério é posto aos preços dos produtos de largo consumo e muito menos aos lucros fantásticos dos monopolistas.

Segundo a Estatística Industrial de 1958 foram pagos a cerca de 250.000 operários de 6 sectores da indústria extractiva e 70 da indústria transformadora salários num montante de 1 milhão 871 mil e 112 contos, o que corresponde a um salário diário médio, sem descontos, de 20990. Sabendo-se que os descontos se elevam a cerca de 9%, do salário, isto significa que cada operário teve em média para se alimentar em cada dia do ano de 1958 um salário de 19500!

Como já dissemos, os salários nominais pouco mais que duplicaram em relação a 1939. Mas os lucros bancários (referentes aos 10 principais bancos) passaram de 42.600 contos em 1939 para 323.000 em 1958! Em termos simples, isto quer dizer que, enquanto os salários aumentaram pouco mais de 2 vezes, os lucros dos grandes financeiros aumentaram mais de 7 vezes e meia!

O administrador delegado da «Diamond», retirou em 1954 inicialmente dos lucros confessados desta empresa colonial, 12 contos e meio por dia, isto é, um total de 4.550 contos, ou mais de metade dos salários pagos nesse ano a 8.000 mineiros africanos da Companhia.

Este é o «humanismo económico» de Salazar!

Monopolismo e produtividade igual a miséria

As loas do Ministro das Corporações acerca da «nova» estrutura do salário e sobre o futuro «opérário-accionista» procuram esconder o mecanismo da exploração acrescida da classe operária que se leva a cabo há muito nos arrais monopolistas.

O «opérário-accionista» mediante a aquisição, gratuita ou não, de uma ou duas acções da empresa onde trabalha, sentir-se-á, no entender do ministro, «donos» da própria fábrica, «colaborador» do

próprio patrão...

Esta concepção está ligada, como se sabe, às velhas e sempre renovadas teorias colaboracionistas acerca do «neo-capitalismo». Sabe-se que a chamada «democratização» do capital das sociedades anónimas possibilita o seu mais seguro controle dos maiores accionistas. Quanto mais elevado é o número de pequenos accionistas mais fácil é o domínio dos grandes detentores do capital.

O objectivo em vista é, porém, claro; através do «interesse» dos operários no capital social da empresa, pretende-se quebrar a resistência dos trabalhadores à exploração capitalista, amolecer o seu espírito de classe e simultaneamente, intensificar a exploração.

Contudo, os fascistas querem ir mais longe. A tal «nova estrutura do salário», anunciada pelo ministro Veiga de Macedo, não é outra coisa senão uma ligação mais directa do salário à produtividade.

É sabido por que meios o grande patronato em Portugal, mais ainda que nos países capitalistas desenvolvidos, procura aumentar a produtividade das suas empresas.

Os nossos operários, tecelões, têxteis e outros, sabem que é a custo de ritmos infernais de trabalho, incompatíveis com a defesa da saúde e da vida dos trabalhadores, que se procura elevar a produtividade do trabalho.

Que o digam os operários da Sorefame e as tecedeiras da CUF, das Varandas ou da Leonessa.

Quando, por outro lado, a produtividade se realiza pela melhoria do apetrechamento técnico, isso significa muitas vezes o desemprego em massa. O caso da indústria de culelaria é um exemplo frisante. O próprio Ministro da Economia já anunciou que, com a entrada em laboração da grande unidade culeleira de Guimarães, 1.000 dos 2.000 operários desta indústria serão licenciados.

Torna-se assim bem evidente que a perspectiva do monopolismo para os trabalhadores é a da miséria, da exploração e do desemprego crescentes.

Razão tem o Partido Comunista em aconselhar os trabalhadores a luta contra tais medidas. Lutar vigorosamente contra a produtividade e o pelo aumento imediato e geral dos salários não é uma questão de sonecos importância. Lutar por isto é paralisar a ofensiva dos monopólios e abrir a via ao socialismo única maneira de solucionar as contradições entre o capital e o trabalho.

AINDA A SENTENÇA DO TRIBUNAL DE HAIA

Quando o Tribunal Internacional de Haia proferiu a sentença sobre o litígio entre os governos português e indiano, os povos procuraram apreender o sentido da sentença como uma grande vitória sua e salientavam dever-se-lhe isto estrondosa «vitória» à sábia política de Salazar.

A «sentença» passada pelo Tribunal de Haia, na sentença do Tribunal de Haia, não reconheceu os factos nos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli, onde haviam sido expostos os povos indígenas indiano e português. A sentença, no entanto, reconheceu a validade da proclamação de soberania do governo indiano e a sua consequente perda de território indiano, a fim de levar aos enclaves os meios para aí restabelecer a soberania portuguesa. Tais indícios, espalhados pelos fascistas, não correspondem à verdade. Ao contrário do que dizem os salazaristas, a sentença do Tribunal de Haia, foi, no fundamental, desfavorável aos fascistas. A sentença reconheceu a soberania dos povos indígenas. É necessário que o povo português saiba: para ver até que ponto vai a mentira, a falta de seriedade, a dignidade e a falta de honra dos actuais governantes de Portugal.

Os factos são os seguintes:

1.º — Até 1954, o governo português exerceu a soberania nos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli e passou para eles, pelo território da União Indiana, funcionários, pessoas privadas e mercenários.

2.º — Em 1954, os indianos revoltaram-se, derrotaram os salazaristas e expulsaram os salazaristas e deixaram de reconhecer a soberania portuguesa.

3.º — O governo de Portugal recusou-se a pagar aos funcionários indianos, pelo território da União Indiana, a fim de lhes restabelecer a dominação portuguesa nos enclaves de União Indiana recusou-se a pagar.

4.º — Ao levar o caso ao Tribunal de Haia, que pretendia o Governo de Salazar? Pretendia que lhe fosse reconhecida a perda de passagem pelo território da União Indiana, pretendia que a União Indiana fosse obrigada pelo Tribunal a dar a passagem que lhe dava, desde a revolta viciosa de 1954.

5.º — E a mesma triste pretensão fundamental e não à volta de considerações «doutrinárias» dos juristas salazaristas que se tem de considerar a sentença proferida.

Como respondeu ele à pretensão de Salazar?

O significado fundamental da sentença é o seguinte: 1.º Até 1954, data da revolta e de expulsão dos salazaristas de Dadré e Nagar-Aveli, o governo português exerceu a soberania nos enclaves de União Indiana e passou para eles, pelo território da União Indiana, funcionários, pessoas privadas e mercenários.

2.º — Em 1954, a União Indiana, recusando o direito de passagem, não agiu contra as obrigações que tinha, o que significa que o governo salazarista, a partir de 1954, não se esforçou a sublevar a União Indiana para ter o direito de passagem...

O Tribunal de Haia, quanto ao passado, limitou-se a verificar um facto que existia e sobre o qual não havia novas provas e a passagem para lá. Quanto ao presente e ao futuro (e esta era a pretensão de Salazar e C.ª) diz (por outras palavras) que a União Indiana fez bem em não deixar passar para os enclaves os salazaristas. O Tribunal não lhe diz que modifique o seu proceder.

Quer dizer: a sentença do Tribunal de Haia torna situação de direito a libertação do domínio salazarista dos enclaves de Dadré e Nagar-Aveli. Salazar e C.ª não sabem e não querem saber o que isso quer que não passaram pelo território da União Indiana para tentar gozarem-se dos enclaves.

É esta derrota total da sua pretensão que Salazar e C.ª têm o descecho de apresentar historicamente perante o país como uma grande e sábia vitória política... Seria de mais a mais, fosse isto desprestigiante para Portugal.

JOÃO PEDRO DOS SANTOS

A classe operária portuguesa acaba de perder um dos seus lutadores mais destacados — João Pedro dos Santos, ex-operário do Arsenal do Exército de Lisboa. João Pedro dos Santos dedicou-se infatigavelmente à defesa das reivindicações da classe operária, à sua unidade e organização e aos ideais do socialismo e do comunismo.

De origem comunista, foi o forte sindicato do Arsenal do Exército, extinto em 1934 pelo governo fascista, no movimento sindicalista português e foi um combatente de vanguarda das grandes batalhas da classe operária anteriores ao advento do fascismo e depois contra a fascização dos sindicatos.

João Pedro dos Santos, há longos anos prostrado pela doença e pela avançada idade, era um grande amigo do Partido Comunista Português, cujos artigos ele lia com entusiasmo.

De ferida mortal, como muitos de nós, João Pedro dos Santos deixou uma homenagem comorida a este valeroso comandante de luta, cuja a sua família sentirá condolências.

ORGANIZEMOS E INTENSIFIQUEMOS A LUTA POR MELHORES SALÁRIOS E CONTRA A CARESTIA

Que a vida está cada vez mais cara, que sobem os gêneros de primeira necessidade e os salários ficam na mesma ou sofrem aumentos insignificantes é uma verdade amarga vivida na esmagadora maioria dos lares portugueses. Que se vá aos mercados, que se ouça as donas de casa e veremos as dificuldades das classes pobres. «Isso não pode continuar», «a miséria é cada vez maior» — é o que se ouve por todo o lado.

Mas que fazer então?

Dum governo fascista de mãos dadas com o patronato explorador nenhuma solução de mão beijada podemos esperar. Não o mostrou ainda no passado mês de Maio o ministro das Corporações, quando aos operários conservadores do Algarve, que manifestavam a trágica situação em que se encontravam pelo encerramento de algumas fábricas, declarou nada poder responder sobre o assunto?

A solução para os nossos problemas vitais temos que arrancá-la pela nossa própria acção. Grandes industriais e grandes agrários, grandes intermediários e governo unem-se para melhor e mais à vontade explorar as classes trabalhadoras. Constituem uma força poderosa com vários apoios que vão desde as forças repressivas da PIDE, P.S.P. e G.N.R. até às ameaças de despedimento e ao despedimento efectivo.

Mas a união dos trabalhadores pode fazer frente a esta força. O local de trabalho (a empresa, a oficina, o barco, o escritório, a Praça de Jornas, etc.) é o nosso primeiro local de luta e a escolha duma Comissão de Unidade formada pelos companheiros mais combativos e mais firmes é uma necessidade para bem dirigir e coordenar a luta.

Os Sindicatos, as Casas dos Pescadores, as Casas do Povo têm que ser utilizadas mais e mais; ali devem os trabalhadores fazer concentrações e assembleias para debater o problema de aumento de salários. Ali devem os pressionar os dirigentes sindicais capazes de tomarem posição a favor da classe e desmarcaram o que são meros ráficos salaristas.

Nas próprias localidades onde vivemos, devemos estudar formas de luta, como concentrações junto das autoridades e marchas de fome.

Organizemo-nos e unamo-nos na luta contra a exploração e sem do não negligenciar sobre os ombros dos trabalhadores. A união faz a força e, assim, é possível alcançar vitórias.

Que assim é, que isto é possível demonstram-nos as lutas travadas em diversos pontos do país e por diversas classes. O magnífico exemplo de luta dado recentemente pelos mineiros de Aljustrel que, enfrentando uma feroz repressão, recorreram ao trabalho lento, às concentrações no sindicato e, finalmente, à greve; as grandes vitórias alcançadas pelos pescadores de Matosinhos, de Peniche e da costa algarvia mercê da sua disposição de luta e unidade; a luta dos operários da Parry & Son; as marchas de fome e concentrações dos camponeses alentejanos, exigindo pão e

trabalho; o aumento geral de \$800 conquistado pelos operários da CUF do Barreiro; a persistente luta dos empregados de Seguros que foi coroada de êxito com a obtenção de 20%, de aumento; a greve vitoriosa dos 600 assalariados agrícolas de Alparque por 40500 de jorna, — para só citar as acções mais recentes — revelam que não há outro caminho senão o da luta organizada para fazer frente à exploração organizada do patronato e do governo.

Contra a carestia

Gêneros alimentícios, vestuário e calça do, rendas de casa e transportes, tudo sobe. Mas contra a carestia também é possível lutar e obter vitórias. Aínda recentemente o povo de Cascais recolheu cerca de 1.000 assinaturas para um protesto contra um proleto aumento de carne e conseguiu impedir.

As donas de casa que são quem mais directamente vive o problema da alta de preços e do custo da vida, por isso, por bairros, por localidades e freguesias, formando Comissões contra a vida cara, Comissões estas que podem elaborar petições e protestos e até organizar boicotes a determinados produtos indispensáveis à alimentação e que encarecem da vida para lá, como o peixe, a carne, hortaliça, etc.

Também no que se refere às rendas de casa, a situação é angustiosa. Os trabalhadores são obrigados a viver em barracas e a pagar como na do Alentejo, do Cascais, das Ilhas do Porto, do Carmo Velho em Beja, etc. O que não querio acanhado o maior promissório. Entretanto, o direito das Casas de Providência, desmontando nos melhores salários dos trabalhadores, serve para financiar as campanhas demagógicas da Presidência, do Conselho e do ministro das Corporações. Das 1.000 casas que o governo projecta construir na zona das Olivais (Lisboa), 700 são financiadas exclusivamente pelas Casas de Providência. Quer dizer, os operários, se quiserem habitar, têm que pagá-las às vezes, e bem, pagas!

Não se pode cruzar os braços

De diversos lados aponta a exploração e por diversas formas. O povo, particularmente os trabalhadores, não podem cruzar os braços, impõem que intensifiquem a luta e que encontrem as melhores formas de luta para melhorar do nível da vida das classes laborais.

O luto expulso do punhado de trabalhadores, os trabalhadores das fábricas de Armamento e dos militares, a catenagem posta na recepção de reis, presidentes, príncipes e príncipes, com quem uma ofensa o encarnado à miséria do povo.

A fome não podemos morrer. Temos de lutar persistentemente para defender a nossa vida e a vida dos nossos filhos. Não há outro caminho senão a luta organizada mais militante contra o salazarismo.

SALAZAR E FRANCO RECUSAM-SE A RECEBER OS DELEGADOS DA 1.ª CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA

Em Abril, a mais importante delegação de intelectuais e juristas sul-americanos deslocou-se a Portugal e Espanha em cumprimento do mandato da 1.ª Conferência da América Latina para a Anistia em Portugal e Espanha.

Os delegados latino-americanos propunham avistar-se com os respectivos governos dos dois países e visitar os prisioneiros antifascistas para se inteirarem da sua situação.

Os dois ditadores peninsulares — que mais uma vez «estiveram» juntos para consertarem os seus planos de acção anti-popular — recusaram os vistos de entrada à Delegação da Conferência.

Os delegados fizeram conferências de imprensa em Paris e Roma nos quais protestaram contra a atitude de Salazar e Franco e denunciaram a repressão e o terror existentes em Portugal e Espanha. A imprensa portuguesa fez sobre isto o maior silêncio.

O nosso povo não pode ficar indiferente à atitude do governo salazarista. Protestos devem ser enviados por todos os meios aos governantes fascistas. A Delegação Sul-Americana que desagrada ao ditador será benvida e acarinhada pelo nosso povo.

CONTRA OS PREPARATIVOS DE GUERRA COLONIAL!

A libertação do jugo colonialista soa em África: No dia 1 de Julho, 14 países africanos desfilaram já a bandeira da independência! Até ao fim do ano, a Nigéria e os Camarões tornar-se-ão também Estados independentes. A parte libertada do continente africano constituirá então mais de dois terços, quer do seu território, quer da sua população.

Isto sobressalta os colonialistas portugueses que vêm aproximando-se o princípio do fim do seu odioso reinado de exploração e opressão sobre milhões de africanos. Como fascistas que são, eles procuram recorrer a todas as medidas, desde uma repressão intensa até à guerra, na tentativa de não deixar fugir tão cobizada presa das suas garras. Os factos já noticiados pelo «Avante!» (fuzilamento de 26 grevistas na Guiné, deportação de 49 timorenses para Angola, prisão de destacados patriotas angolanos) e outros, como o monstruoso julgamento que se prepara em Luanda, como a disposição, extensiva às colónias, de fixação de residência aos que «atentarem contra a segurança do Estado», que permite coisas tão arbitrárias como a ausência dos réus no seu julgamento e a deportação para terras inhóspitas à escolha do ministro do Ultramar; como os preparativos militares de que a imprensa diária nos dá notícia, aí estão a demonstrar que assim é.

Sob a presidência directa de Salazar, reuniu em meados de Maio o Conselho Aerónautico «que se ocupou de vários assuntos da aviação civil e militar». A notícia é lacónica porque o governo entende que não deve prestar contas ao País, receia prestá-las.

Há dias partiram para Angola 3 Companhias do Batalhão de Caçadores 5, que haviam sido submeidas a uma intensa e metódica instrução com vista à missão que lhes compete, equipados com fardamentos especiais (camuflados) próprios de soldados em campanha. Com o mesmo destino e no mesmo dia, seguiu também um destacamento do serviço de telecomunicações. Milícias de «brancos» são treinhadas e armadas pelo exército.

A vergonhosa campanha conduzida na imprensa portuguesa contra países africanos que conquistaram a sua independência, como

o Congo, os movimentos de tropas nas fronteiras, são um outro aspecto da política acirrada de conflitos e guerras levada a cabo pelo governo salazarista.

Estas medidas de nítido carácter guerrreiro correspondem à «necessidade de uma frente militar africana» de que falava o colonialista Kátula de Arriaga, sub-secretário da Aeronáutica. A companhia-las, são utilizados vários meios de propaganda de que é exemplo a visita dos jornalistas de Angola aos arsenais militares da metrópole e os programas da Emissora Nacional.

O sub-secretário da Administração Ultramarina afirmou recentemente: «*«não tememos quaisquer perturbações de origem interna»*» Que nos diga então contra quem são enviados os contingentes militares que partem para as colónias, contra quem se têm dado recontros, de que nacionalidade são os presos que se encontram nas cadeias do continente e das colónias, incluindo o campo de concentração do Bié. Que nos diga de que nacionalidade eram os 20 fuzilados na Guiné.

Os colonialistas portugueses estão tão raivosos, as suas carterais abarrotam-se nas colónias, as colónias são o penhor com que alcançam o apoio dos imperialistas estrangeiros. Eles sabem que a perda das colónias debilitará profundamente o próprio regime salazarista. Por isso, Adriano Moreira fala em «*erros indiscutíveis repetidamente cometidos que contribuem para a criação de espaços vazios*».

Espaços vazios?! Vazios de escaravido, de atrocidades sem nome? Vazios da presença do branco colonialista? É este vazio que é insuportável ao sr. Moreira, pois ele constitui uma força de atracção, de exemplo.

Os patriotas angolanos reclamaram do governo português conversações de mesa redonda com a participação de todos os agrupamentos políticos daquela colónia, a fim de chegarem a um acordo sobre o futuro de Angola. Será em nome do tal «espaço vazio» que o governo ainda não deu qualquer resposta, nem informou a Nação desta petição?

Parado o irreprimível desmoronar dos acontecimentos em África que agudizará a situação no continente português, os povos insensibilizados a sua luta pela independência, o governo salazarista intensifica medidas excepcionais de repressão e opressão contra os portugueses, que já estão criando uma situação cheia de consequências perigosas para o povo português. O Partido Comunista vem alertando há muito contra estas práticas e apelando para a necessidade de lutar contra elas. Ainda no seu recente documento «*Política Nacional da hora presente*» (Unidade, 1.º de Maio, C.C., 1961) diz: «... a luta contra o envio de tropas expedicionárias e os preparativos de guerras coloniais como um dos objectivos que se colocam desde já a todas as lutas democráticas».

E uma tarefa urgente de todos os patriotas portugueses, é uma guerra colonial é sempre feita em nome dos princípios de interesse reacçãoários. Os interesses dum punhado de colonialistas não podem confundir-se com os interesses da Nação.

Os fascistas não têm embargo de tropas para as colónias verdadeiros festerros da propaganda. A espionagem do povo à política colonialista do governo deve exprimir-se em acções concretas. A situação exige a mobilização e organização das largas massas na luta contra os preparativos dum guerra colonial. Amê! pode ter domesticado tarde.